

## Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

## Empreiteiros de ruínas

Caminhamos a passos largos para um impasse político de grandes proporções e que poderá resultar em desdobramentos imprevisíveis. Tudo por conta da polarização política, tanto de seus atores principais, quanto de muitos coadjuvantes em torno de um e de outro candidato. Com essa fórmula que aí está, seja quem quer que venha, virá com sede de revanche. Em tal cenário, talvez seja melhor mesmo reduzir tudo a cinzas, reiniciando como Fênix. A culpa por todo esse sistema disfuncional está lá atrás, em nosso passado recente, quando próceres do Legislativo, pensando ser melhor resolver primeiro os problemas pessoais, postergaram as reformas que a nação exigia, com urgência, para o dia de São Nunca. Com isso empurraram, *sine die*, as reformas políticas ou, simplesmente, a desfiguraram a tal ponto que acabaram por mumificá-las para sempre.

O Instituto da ficha limpa foi uma dessas medidas, essenciais para a moralização, no bom sentido da expressão, do Estado. Depois de desidratadas, essas medidas perderam o viço e se tornaram leis inócuas. Fosse aprovada, conforme desejava a sociedade em seu desenho original, tal medida teria, por seu condão saneador, o poder de afastar da vida pública e do valhacouto dos cargos políticos toda a espécie de aldrabões e de velhas raposas, que sempre sobreviveram, e bem, à sombra do Estado provedor.

Sem a ficha limpa, o que temos para as próximas eleições são candidatos sujos ou mal-lavados a concorrer para os mais altos cargos da máquina do Estado. Que país pode dar certo em mãos erradas? Eis a questão. De outra feita, o desmonte, peça por peça, do instituto da prisão em segunda instância, penalizando, aqueles políticos a quem poderíamos, eufemisticamente, chamar de “maus brasileiros”, foi outra medida que nos empurrou à beira do abismo em que estamos.

Sem essa possibilidade orquestrada em uníssono pelos Três Poderes da República, o que temos para o pleito de outubro são candidatos a quem não venderíamos, sequer, uma bicicleta velha e sem uso. Muitos cidadãos chamariam a polícia ao ver tais postulantes à solta nas vizinhanças. Com um banzé dessa natureza, não surpreende o fato de verificarmos que quem deveria estar solto, está preso, e quem deveria estar preso, está solto. Não será surpresa também se nessa toada não notarmos, lá na frente, candidatos com tornozeleira eletrônica ou com o dorso tatuado com iniciais das organizações do crime.

O problema que temos pela frente foi erguido lá atrás. A desconstrução da Lei de Improbidade Administrativa, obra feita pelos mesmos empreiteiros de ruínas, legou à população a maior coleção de candidatos ímprobos de toda a história. Eles virão e com eles todas as velhos e conhecidos truques de prestidigitações, fazendo o dinheiro público sumir diante de todo mundo.

Outras medidas, preparadas lá detrás, como aquela referente ao foro de prerrogativa, uma benesse feita para proteger e blindar malandros, ao não serem aplicada como deveria e a tempo, gestaram, mais uma vez, uma miríade de aleijões políticos que retornarão para nos atazanar a vida. Num quadro mal pintado como este, quem quer que venha, virá com sangue nos olhos.

## »» A frase que foi pronunciada

“Constitucionalmente, o Senado é a casa que limita excessos do STF.”

Janaína Paschoal

## O cachorro ou eu

» Muita gente reclamou quando a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça decidiu que a convenção de condomínio residencial não pode proibir de forma genérica a criação e a guarda de animais de qualquer espécie nas unidades autônomas. Mas as condições são claras: o animal não pode apresentar risco à segurança, à higiene, à saúde e ao sossego dos demais moradores e dos frequentadores ocasionais do local.

## Fato ou fake?

» Uma das alternativas para verificar notícias que tratem do Senado Federal quanto à veracidade é o Senado Verifica, um serviço da Secretaria de Comunicação Social. Quando houver dúvida, os contatos são: [senadoverifica@senado.leg.br](mailto:senadoverifica@senado.leg.br) ou pelo 0800 0 61 2211

## Quanto mais, melhor

» Uma forma de acabar com a celeuma das urnas é a situação providenciar um aplicativo para as denúncias nas eleições. O TSE já lançou o “Pardal”. O app foi criado para “estimular a denúncia sobre crimes eleitorais”.

## »» História de Brasília

A revista Brasília, órgão do serviço de divulgação da Novacap, estará vivendo nova fase a partir de 21 de abril próximo, quando será relançada em bases comerciais. (Publicada em 9/3/1962)

# O império da tecnologia degenera as novas gerações

» DIÓCLÉCIO CAMPOS JÚNIOR

Médico, professor emérito da UnB, ex-presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria, membro titular da Academia Brasileira de Pediatria, ex-presidente do Global Pediatric Education Consortium (Gpec) Email: [dicamposjr@gmail.com](mailto:dicamposjr@gmail.com)

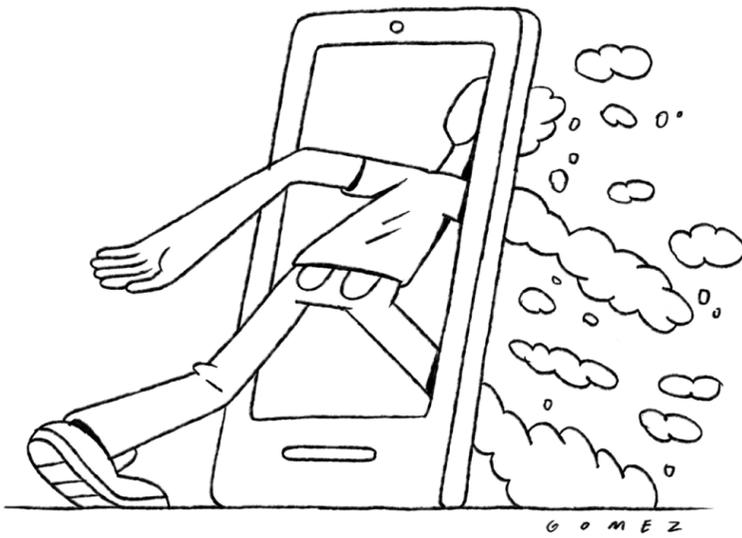
As novas gerações têm sido vítimas das tecnologias de comunicação, entre outras. Com efeito, seres humanos na infância são alvo das grandes empresas que neles investem com o único intuito de expansão industrial e pecuniária.

Não há dúvida de que as tecnologias possuem potencial progressista, desde que devidamente utilizadas em favor da educação, saúde, interação humana igualitária e compromisso com o núcleo familiar respeitoso e construtivo. Contudo, todos esses valores humanistas são insignificantes para quem prioriza a riqueza material em desfavor dos princípios do modelo de civilização.

Na verdade, a riqueza não deve ser entendida como acúmulo pecuniário, mas, sobretudo, como uma vida digna para todos e cada um. Essa é a base moral e ética que há de ser cultivada em favor da humanidade, cujas novas gerações requerem cuidados especiais e prioritários para seu crescimento e desenvolvimento em consonância com o potencial cognitivo que as caracteriza.

Quanto mais avança a imposição tecnológica aos seres humanos, a civilização é degradada em benefício de empresas cuja única meta é o progresso econômico-financeiro. Não faltam exemplos desse progresso tecnológico questionável que afeta, de forma mais nociva, o núcleo infantil da sociedade, faixa etária em que cresce e se diferencia o cérebro como sede da personalidade do ser humano. Como está suficientemente demonstrado, a amamentação é um conjunto de funções maternas, das quais desfruta o bebê quando amamentado. A nutrição adequada é uma delas porque o leite materno é o da espécie humana, com a qualidade nutricional incomparável para esta faixa etária.

Além disso, o lactente é amamentado no aconchego do colo da mãe, com a qual se relaciona calorosamente, trocando olhares que vêm de ambas as almas. O contato pele a pele é estímulo incomparável para o desenvolvimento da criança. A amamentação é, pois, uma prática natural desde a origem da espécie, devendo ser vista como direito da mãe e do seu bebê. Há de ser estimulada e protegida, não substituída. Infelizmente, as empresas já constroem o que levará à produção, propaganda e venda do leite materno em pó. Os bebês perderão assim um direito fundamental que não lhes poderia ser negado. Será o fim da amamentação materna verdadeira,



com as consequências nocivas que causará sobre o crescimento e desenvolvimento do lactente.

Ademais, as mudanças no padrão de vida social, comandadas pelas empresas, dão fundamento econômico à redução da fecundidade. Assim, o chamado progresso tecnológico comprometeu radicalmente a taxa de fecundidade da mulher, como número de filhos na idade fértil, por meio de medicamentos e dispositivos contraceptivos. A taxa do Brasil de 1,6 por mulher está abaixo da mundial, que é de 2,5. Portanto, a prevalência dessa estratégia, as novas gerações não serão capazes de renovar as populações. É hoje um dos maiores dilemas que desafiam a humanidade.

Outro exemplo é o telefone celular, instrumento tecnológico que rapidamente já se apoderou dos seres humanos. Possui um potencial comunicativo de abrangente qualidade. Porém, tem sido usado de forma abusiva, sem considerar os riscos a que os usuários são expostos. As crianças são, talvez, as maiores vítimas desse instrumento que produz efeitos colaterais a serem divulgados para a sociedade, em defesa da sua infância. De fato, além de permanecerem, horas a fio, expostas à tela do celular, e também

do computador, são contaminadas pelas imagens e conteúdos jamais destinados a essa faixa etária.

Por seu lado, está comprovado que a frequência da miopia aumentou porque o globo ocular das crianças está na fase de formação e sofre danos produzidos pelo uso indevido desses equipamentos tecnológicos. Além disso, a miopia é uma das causas de baixo desempenho escolar da criança.

Nesse escravizante império, é cada vez mais raro o cenário humano de um bebê no colo da mãe, no qual desfruta do amor materno essencial à formação saudável e afetuosa. A maioria dos infantes já vive num carrinho planejado, produzido e vendido pelas empresas. São perfeitos, mas afastam a criança da mãe que, muitas vezes, está ao lado desse equipamento conversando no celular sem dedicar-se ao cuidado materno. Um carrinho não é o carinho do colo materno e não deveria substituí-lo.

Os exemplos acima abordados são claras evidências de que a infância das novas gerações será degenerada pelas empresas que comandam o império atual. Com a criança escrava da tecnologia, a humanidade não terá futuro.

## Breve relato sobre raça, racismo e escola

» LÉO BENTO

Professor de Social Studies da Camino School, mestrandando em educação e história pela PUC-SP e um dos autores do Manual da Escola Antirracista

O projeto de exclusão social das populações não brancas vem de longe. Em se tratando do Brasil, a largada se dá quando essas terras nem tinham o nome que conhecemos hoje. De qualquer forma, a necessidade do colonizador por mão de obra fez com que indígenas fossem escravizados e posteriormente africanos e seus descendentes fossem trazidos através do tráfico Atlântico nas mesmas condições lamentáveis – uma subalternização que se tornou um negócio a gerar fortuna para muitos empreendedores da época.

Naquele período ali que vai do século 16 até meados do 19, a Igreja Católica, seguida das suas ramificações protestantes no Ocidente, vão definir por meio de interpretações deturpadas do texto bíblico quem tem alma — e, portanto, poderia ser salvo — para assim gozar de “boa vida” nos reinos dos céus. A partir desse olhar, brancos estariam aptos a serem salvos, assim como os indígenas convertidos poderiam alcançar a graça, mas africanos e seus descendentes padeceriam da maldição que foi lançada por Noé a um de seus filhos. Segundo a crença desses religiosos, a África seria o território para onde Cã, amaldiçoado pelo pai, migrou. Logo, os povos africanos, descendentes dele por associação, poderiam ser escravizados.

Essa breve explicação foi disseminada ao longo de séculos para fundamentar a escravidão moderna. A partir do segundo quarto do século 19, com diversas invenções e avanços tecnológicos que colocariam a humanidade em uma posição até então nunca imaginada, o cientificismo passou a ser a nova fonte de explicação das diferenças dos fenótipos entre seres humanos. Logo, uma série de teorias raciais foram elaboradas e consecutivamente, seguiu-se a hierarquização das raças e etnias.

Intelectuais brasileiros como Silvio Romero, Roquete Pinto, Oliveira Viana, João Batista de Lacerda, Artur Ramos, Monteiro Lobato, entre outros, tentavam achar uma solução para o problema das elites brasileiras que queriam um país avançado. Mas como fazer

isso com a maioria da população negra? Antes mesmo do término da escravidão, que já se apresentava inevitável, foram criadas políticas públicas, de imigração de italianos e alemães em sua maioria para o sul e sudeste do país — tal movimento foi expressivo no término do século 19 e no posterior. A ideia era que essa população recém-chegada pudesse ocupar a vaga de trabalho nas áreas rurais, nas quais pessoas recém-saídas da escravidão deixariam vagas, entrando na ainda incipiente indústria que engatinhava no país.

Resolvido o problema da mão de obra, essa turma de intelectuais vai se debruçar ainda sobre as possibilidades de embranquecer ainda mais o povo brasileiro. Uma das hipóteses levantadas por alguns deles seria a de que a miscigenação faria com que a população se clareasse até um ponto no qual a população negra deixasse de existir.

Essas formulações foram enraizadas na sociedade brasileira, assim como as ideias de Gilberto Freyre que inovou ao romper com a explicação de raça para diferenciar povos e fenótipos diferentes, trazendo a cultura como principal ponto de partida. Com isso, a ideia de democracia racial foi criada, apresentando o Brasil para o exterior como um oásis racial, onde as diferenças conviveriam de forma alegre e harmônica.

No entanto, os dados organizados em pesquisas socioeconômicas ao longo do século 20, quando feita a análise considerando o recorte racial, apontam há muito tempo que as desigualdades sociais possuem estreita ligação com a divisão feita na sociedade e que passa pelo fator racial. Assim, é inegável que a partir de todas as formulações produzidas para explicar os horrores da escravidão e a parcial inclusão de negros e indígenas na República, muitas vezes como cidadão de segunda categoria, introjetaram na sociedade como um todo a ideia de inferioridade de indivíduos não brancos.

Essa construção histórica se reflete diretamente no ambiente escolar, pois a inferiorização do negro e do indígena está introjetada nas

estruturas da nossa sociedade e em certa medida compôs não apenas o imaginário, mas o que foi (e é) ensinado em nosso sistema educacional. Romper com essa ideia de inferioridade precisa ser a meta da instituição de ensino comprometida com uma sociedade justa.

Para isso, faz-se necessária uma série de medidas que precisam envolver gestão, educadores, estudantes e famílias. Visto que a reprodução do racismo em nosso fazer cotidiano também se dá muitas vezes no núcleo familiar. O primeiro passo a ser dado é assumir que somos criados numa estrutura racista, logo haverá reprodução dessa mazela no ambiente escolar.

É urgente que gestores e educadoras/es participem de formação continuada sobre letramento racial de uma maneira significativa. Muitas vezes, pode gerar desconforto, mas é uma forma de identificar como o racismo é reproduzido mesmo que de forma inconsciente. Ouvir pessoas negras comprometidas com as relações raciais também é uma forma para compreender onde erramos muitas vezes como sociedade ao inferiorizar quem é diferente do padrão branco, então estabelecido como ideal.

Outro passo pode ser a alteração do currículo e a absorção de temas que apresentem as populações afro-indígenas e suas contribuições para a sociedade brasileira de forma positiva. Isso vai se refletir em sala de aula, pois, ao se comprometer, educadoras e educadores poderão trazer essas alterações para o cotidiano, impactando positivamente todos os estudantes.

Em suma, o racismo é um mal que afeta negativamente toda a sociedade. Ações dessa natureza, com intuito de ferir e magoar, são implementadas por um pequeno grupo. Outros reproduzem de forma inconsciente. Há uma grande maioria que atua de forma apática e nega haver questões dessa ordem na sociedade. Logo, precisamos agir coletivamente de forma a erradicar essa mazela de nosso meio e a escola deve ser o melhor ambiente para dar os primeiros passos nessa direção.